

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO, COM DESTAQUE PARA A SUPERLOTAÇÃO DOS PRESÍDIOS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DESSES ESTABELECIMENTOS, A PERMANÊNCIA DE ENCARCERADOS QUE JÁ CUMPRIRAM PENA, A VIOLÊNCIA DENTRO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA CARCERÁRIO, A CORRUPÇÃO, O CRIME ORGANIZADO E SUAS RAMIFICAÇÕES NOS PRESÍDIOS E BUSCAR SOLUÇÕES PARA O EFETIVO CUMPRIMENTO DA LEI DE EXECUÇÕES PENAS**

**REQUERIMENTO N.º DE 2007  
( Do Senhor Paulo Rubem Santiago)**

Requer o convite ao Sr. Maurício Kuehne, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, para prestar depoimento na presente CPI a respeito das condições de implementação de um ordenamento administrativo e técnico convergente ao desenvolvimento da política penitenciária.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, venho requerer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito o convite ao Sr. Maurício Kuehne, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, para prestar depoimento na presente CPI a respeito das condições de implementação de um ordenamento administrativo e técnico convergente ao desenvolvimento da política penitenciária.

**JUSTIFICAÇÃO**

No contexto, segurança pública e consequentemente, o sistema penitenciário, passou a ser tema de enorme relevância nas discussões que envolvem as políticas públicas no Brasil.

A falta de programas de ressocialização permite que os detentos sejam reeducados pelos próprios companheiros. Não existe interesse em investir no sistema penitenciário.

Este desinteresse leva à morosidade do sistema, à superlotação carcerária; ao número insuficiente de funcionários, acarretando comodismo, descrença e corrupção no próprio sistema e na justiça, causando um círculo vicioso de marginalidade. Cabe à prisão "guardar" os criminosos para proteger a sociedade, mas principalmente, visando a reintegração do apenado à sociedade, obrigatoriamente melhor do que quando foi recolhido, visto que, se não for assim, perde-se todo o objetivo da Lei de Execução Penal .

Este depoimento tem por finalidade debater a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da política criminal emanadas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, alem de discutir as condições de implantação de um sistema convergente ao desenvolvimento da política penitenciária.

**Sala dos Comissões, de 2007**

**Deputado Paulo Rubem Santiago  
PT /PE**